



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 17, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 17 - EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.17.05>

Recebido em: **30/08/2020**

Aprovado em: **06/09/2020**

O ALARGAMENTO NA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM MEIO ÀS PARCERIAS ESTABELECIDAS; THE ENLARGEMENT IN THE PERFORMANCE OF NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS AMONG THE PARTNERSHIPS ESTABLISHED; LA AMPLIACIÓN DEL DESEMPEÑO DE LAS ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES ENTRE LAS ALIANZAS ESTABLECIDAS

JANINE OLIVEIRA CARDEAL

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-0556-4812](https://orcid.org/0000-0002-0556-4812)

REINALDO BATISTA DOS SANTOS

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-7682-9523](https://orcid.org/0000-0002-7682-9523)

RESUMO

O artigo discute o alargamento da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) em meio às relações estabelecidas. Tal temática foi central em pesquisa de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Teoricamente apresentamos as contribuições científicas de Carvalho (2001); Gohn (2010); Landim (2002); Nogueira (2004); Oliveira (1992). Os resultados sinalizam que as relações estabelecidas apesar de possibilitarem a ampliação de atuação implicam no processo de enfraquecimento destas instituições. É salutar a reflexão sobre a atuação frente às demandas, sobretudo, no âmbito da educação, a fim de não se comportem como braço do Estado republicano na garantia e efetivação do direito dos cidadãos.

Palavras-chave: Organizações Não Governamentais, Processos Educativos, Estado

ABSTRACT

The article discusses the expansion of the performance of Non-Governmental Organizations (NGOs) in the midst of established relationships. This theme was central to doctoral research by the Graduate Program in Education at the Federal University of Alagoas. Theoretically we present the scientific contributions of Carvalho (2001); Gohn (2010); Landim (2002); Nogueira (2004); Oliveira (1992). The results indicate that the relationships established despite the possibility of expanding their performance imply the weakening of these institutions. It is salutary to reflect on action in the face of demands, especially in the field of education, in order not to behave as an arm of the republican state in guaranteeing and enforcing citizens' rights.

Keywords: Non-Governmental Organizations, Educational Processes, State.

RESUMEN

El artículo analiza la expansión del desempeño de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) en medio de las relaciones establecidas. Este tema fue central para la investigación doctoral del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Alagoas. Teóricamente presentamos los aportes científicos de Carvalho (2001); Gohn (2010); Landim (2002); Nogueira (2004); Oliveira (1992). Los resultados indican que las relaciones establecidas, a pesar de permitir la expansión del desempeño, implican el debilitamiento de estas instituciones. Es saludable reflexionar sobre la acción frente a las demandas, especialmente en el ámbito educativo, para no comportarse como un brazo del Estado republicano en la garantía y vigencia de los derechos ciudadanos.

Palabras clave: Organizaciones no gubernamentales, Procesos educativos, Estado.

1. INTRODUÇÃO

Em nossos estudos bibliográficos, bem como pesquisas realizadas ficou evidente a imprecisão conceitual sob a qual se abriga a terminologia ONG. A respeito da compreensão acerca dessas organizações os estudos de Fernandes (1985) ressaltam as ONGs enquanto alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas. Sob o olhar de Landim (1988) tais instituições se configuravam a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados seguindo uma perspectiva de transformação social.

Um pouco mais tarde, observamos que algumas terminologias foram associadas às ONGs. Nesse sentido, de acordo com Souza (1992) a década de 90 se sobressai como o período no qual essas entidades foram reconhecidas como micro-organismos do processo democrático, tornando-se então referência no que diz respeito a lugar de inovação e criação de novos processos. Nesta mesma linha, nos estudos de Oliveira Neto (1992) se consolidou a perspectiva das ONGs enquanto organismos de luta a favor da democracia. Foram então, definidas como canais de participação, por meio dos quais os interesses de diversos grupos sociais, bem como as demandas populares emergiram nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais.

Os estudos de Francisco de Oliveira (1997) apontam o surgimento das ONGs como um dado novo da nova complexidade da sociedade. Trata as referidas instituições enquanto lugar de onde se fala a nova experiência. Neste sentido, o autor aponta que estas ocupam um lugar específico, o qual o Estado ou mesmo a Academia não podiam ocupar, tampouco falar. Tratava-se de um lugar construído a partir da experiência militante.

O termo internacionalizado “ONG” conquistou notoriedade no contexto brasileiro enquanto categoria social. Nesse sentido Landim (2002) esclarece que essas instituições se apresentam como um conjunto de organizações *sui generis* que se consolidaram por características, posições e papéis análogos na tessitura social brasileira. Entretanto, apesar de se conhecer as especificidades de tais organizações, a imprecisão a respeito de sua identidade permanece entre os estudiosos da área. Fato curioso que nos instiga a refletir sobre a obscuridade que existe não apenas quanto à compreensão do que são, como também o processo de surgimento dessas instituições, a legislação que as rege, os desafios que envolvem o trabalho, as novas possibilidades de profissionalização nesses espaços, as relações com a sociedade, Estado e também com o Mercado.

Conceituar a terminologia ONG se apresenta como um desafio, uma vez que, em uma primeira leitura, temos a tendência de considerar que esse termo se refere a toda e qualquer entidade civil promotora de ações em que, o Estado ou o governo não tenha ingerência sobre o planejamento, monitoramento e a avaliação das mesmas. Porém, na atual configuração social, essa definição apresenta-se como limitada, tendo em vista que essas organizações atuam, ou buscam atuar cada vez mais vinculadas à perspectiva do poder público.

Comumente, o conceito de ONG é, ainda, relacionado com o de outras organizações que compõem o TS, a saber: movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, dentre outros. Portanto, o simples fato de uma instituição integrar o TS, não significa dizer que essa se caracterize como uma ONG. A fim que possamos construir um conceito acerca dessas instituições é necessário um movimento de observação da historicidade das mesmas, que, por conseguinte está relacionado ao processo de fortalecimento do conhecido TS.

No Brasil, os estudos de Leilah Landim (1993), se configuram como os primeiros esforços para compreender no campo acadêmico essas organizações, seu estudo representa, portanto, um marco em termos de pesquisas científicas sobre esses espaços sociais. A autora apresenta justamente esta relação entre as ONGs e a expansão do setor ao qual são pertencentes.

Desta forma, estudar o campo das ONGs implica em um convite a compreender como estas instituições se portam e se relacionam dentro deste TS. O movimento que pretendemos é interpretar o papel dessas instituições de acordo com a organicidade de suas ações e, sobretudo, relações estabelecidas na tessitura social (GOHN, 2010).

Em nossos estudos realizamos a consulta de periódicos na base de dados da CAPES, na qual nos reportamos aqueles revisados por pares^[1]. No decorrer da pesquisa foi possível fazer o levantamento de um número significativo de trabalhos voltados à organizações que atuam no campo da educação. Foram localizados 282 artigos publicados desde a década de noventa até o período atual que apresentam relatos de experiências de ONGs brasileiras que atuam por meio da educação. Dentre os quais identificamos 51 que versam a respeito do papel social desempenhado por estas instituições no cenário educacional brasileiro a partir das aproximações com o Estado. O referencial teórico trabalhado em tais estudos converge quando se trata da historicidade das ONGs, posto que em suma são trabalhados estudiosos da área, a saber: Landim(1988); Fernandes(1985); Faleiros (1992) e Gohn (1992).

No decorrer da construção do nosso estudo, também realizamos consulta no Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD), no qual localizamos vinte e cinco estudos que versam a respeito da relação: Estado e ONGs. Foram localizados dezesseis dissertações, bem como nove teses produzidas nos últimos quinze anos. No repositório da UFAL foram localizados quatro trabalhos que tratam sobre instituições supracitadas. Entretanto, apenas em uma o papel das ONGs é investigado no contexto das transformações sociais.

Sinalizamos, portanto, que a questão das parcerias com o poder público tem ocupado um espaço crescente em meio aos estudos orientados para a perspectiva de conhecer essas instituições que não à toa conquistaram certa notoriedade no denominado TS, bem como o interesse da esfera estatal, atuando prioritariamente no campo social a partir do desenvolvimento de processos não formais de educação.

2. O ALARGAMENTO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Gadotti (2005, p. 3), com entusiasmo coloca que “A sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas...) está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos”. Certo é que, na contemporaneidade, as possibilidades das atividades desenvolvidas pelas ONGs estão conquistando cada vez mais a aceitação da sociedade à medida que se enxergam essas instituições como espaços fecundos para o desenvolvimento de processos educativos.

O envolvimento das ONGs com o campo da educação não é um acontecimento recente. Conforme os estudos relatam, essa relação pode ser percebida desde o período compreendido pelas décadas de sessenta e setenta, quando surgem as primeiras iniciativas da sociedade civil organizada (OLIVEIRA; HADADD, 2001).

Diante do contexto social em que surgiram, as ONGs desenvolveram, silenciosamente, práticas educativas embasadas em um pensamento pedagógico, inspirado nas ideias do educador Paulo Freire, desenvolvido nos anos anteriores a instauração da ditadura militar no país. Destarte, as concepções freireanas sobre a construção de práticas educativas que valorizassem a cultura e o saber popular, influenciaram as intervenções dessas organizações civis.

Tais práticas educativas, desenvolvidas no espaço dessas instituições, eram orientadas por uma dimensão pedagógica e também política. A respeito dessa questão Oliveira e Haddad afirmam que

em linhas gerais, tais orientações pedagógicas se apoiavam na idéia de que os grupos populares detinham um saber particular, que era produzido conforme suas condições de vida, e que os processos educativos ocorriam do encontro entre esses saberes e os saberes dos educadores. Isso se dava pelo diálogo entre o educador e o educando, tomando como base o estudo da realidade local, voltado para a transformação das condições de vida da população empobrecida. A missão educativa de tais educadores não se realizava separada de uma intencionalidade política. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 78).

As intervenções realizadas pelas ONGs, segundo essa orientação política e pedagógica, possibilitou o alargamento de suas ações, à medida que essas conquistaram o reconhecimento social pelo trabalho realizado. A atuação dessas organizações, a partir de uma prática educativa transformadora, foi considerada, pela sociedade, como necessária para combater as injustiças sociais e fortalecer a luta democrática.

A partir do processo de democratização, vivenciado na década de oitenta, no qual a sociedade civil organizada desempenhou um importante papel na mobilização e articulação dos sujeitos para que estes ocupassem uma posição combativa na luta pelos direitos sociais, o trabalho desenvolvido pelas ONGs conquistou a abertura política e social necessária que possibilitou a ampliação dos campos de atuação.

3. A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Com o processo de ampliação vivenciado, o campo educativo ocupou uma posição de destaque entre as ações não governamentais promovidas por essas instituições. Essas iniciaram uma redefinição nos seus papéis, visando contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Nesse sentido, a atuação no âmbito educacional se apresentava como uma interessante possibilidade para que se concretizasse tal contribuição.

Nesse período aparecem no cenário da educação as primeiras experiências no campo educativo não formal. Elas surgem a partir do momento em que vai tomando forma o questionamento a respeito do caráter assistencialista presente nas intervenções realizadas pelas organizações da sociedade civil no âmbito da educação. Até a década de 1980 as ações eram extremamente associadas à caridade e ao assistencialismo (SOUZA; PARK; FERNANDES, 2001).

Em meio ao objetivo de ampliar e consolidar a atuação dessas organizações no campo educativo, as práticas desenvolvidas se redefiniram, e tornou-se imperativo o rompimento com um caráter puramente assistencialista. Desta forma, delineou-se a necessidade de pautar os processos educativos na formação política dos cidadãos, ou seja, educar para a cidadania. Tendo em vista que “**educar para e pela cidadania** implica criar espaços democráticos de decisão política não estatais para que todos os cidadãos e cidadãs sejam partícipes” (GADOTTI, 2005, p.9, grifo do autor) as ONGs tiveram que superar o desafio de atender essa demanda de formação política.

A necessidade dessa formação se apresentou com um caráter urgente, tendo em vista que os cidadãos necessitavam de espaços onde fossem desenvolvidas não apenas processos educativos que complementam aqueles realizados na educação formal, mas sim espaços formativos onde fossem discutidas as possibilidades de participação e exercício da cidadania, diante da nova configuração política que se estabeleceu a partir do dado momento.

A educação não formal foi considerada como uma possibilidade para que as ONGs pudessem dar continuidade às suas intervenções no campo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento

educacional. Tendo em vista que permitia dar uma resposta às questões relacionadas à formação dos sujeitos, as ONGs se interessaram cada vez mais pelo campo educativo não formal.

Na década de 1990, os processos educativos não formais emergiram de tal forma, na tessitura social, que despertaram o interesse de estudiosos (CARRION, 2000; FISCHER, 2005; MONTAÑO, 2002; MONTE, 2012; CARVALHO, 2001) em investigar as experiências no referido campo. Esse destaque decorreu, inclusive, da aproximação das instituições do TS, que passaram a desenvolver práticas educativas firmadas nas concepções que permeiam os processos formativos não formais.

Dentre as compreensões presentes no campo não formal, Gohn (2006) chama atenção para o objetivo central do mesmo que é: educar para a cidadania. Isso remete a uma reflexão sobre as concepções que permeiam a prática desenvolvida em tal proposta educativa. De acordo com a autora entender esta proposta requer pensar a educação a partir da concepção ampliada, na qual é possível construir uma

educação para justiça social, educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra a discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006, p. 7).

As ONGs têm atuado no campo da educação por meio do desenvolvimento de processos educativos embasados na concepção ampliada de educação, posto que compreendem que as ações inspiradas em tal proposta contribuem para que se cumpra o objetivo principal da sua atuação, que é a de intervir como ator social, que contribui para o desenvolvimento, a partir do estabelecimento de relações sociais mais equilibradas.

O modo como a educação não formal é desenvolvida no espaço das ONGs, tem sido delineada a partir de projetos sociais específicos desenvolvidos junto às comunidades. Gohn (2010) apresenta uma reflexão interessante sobre o desenvolvimento desses projetos sociais associado às instituições com os mais diferentes perfis.

O terceiro setor brasileiro é composto por inúmeras associações e entidades com perfis variados. Essas associações e entidades sobrevivem graças ao apoio financeiro e institucional que recebem de empresas nacionais e internacionais, fundações também empresariais, bancos e outras entidades da sociedade civil. Este conjunto de entidades patrocina inúmeros projetos sociais. (GOHN, 2010, p 76).

É preciso, então, pensar o papel que as ONGs têm desempenhado no campo educativo não formal, e também na tessitura social a partir dessa forma particular de atuar por meio do desenvolvimento de projetos sociais, que contam com o envolvimento de diferentes instituições. A reflexão em torno dessa questão é importante e extremamente necessária para que possamos compreender até que ponto as parcerias firmadas, visando o financiamento de ações, tem repercutido sobre os processos educativos desenvolvidos nesses espaços.

4. A AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS

Não pretendemos questionar a relevância que esses projetos sociais possuem, o que apontamos aqui é a necessidade de refletir sobre aspectos que os constituem e que estão relacionados ao

planejamento, gestão e avaliação dos mesmos. A observância desses aspectos se justifica pela necessidade de conhecer de que forma esse tipo de intervenção tem contribuído ou não para a ampliação do campo educativo não formal, bem como para o fortalecimento das organizações que nele tem atuado por meio de tais projetos.

Sendo uma forma de atuação dessas organizações específicas do terceiro setor, “os projetos se desenvolvem segundo a dinâmica de processos da educação não formal, embora nem todos realizem esta educação no sentido de projetos emancipatórios” (GOHN, 2010, p. 75). Fato este que pode ser percebido com maior frequência nos projetos sociais financiados por organismos internacionais, empresas privadas, órgãos estatais, entre outras instituições.

Dentre os fatores que interferem no desenvolvimento de projetos emancipatórios, estão os interesses dos parceiros financiadores que de alguma forma precisam ser contemplados no projeto proposto. Diante dessa situação, é preciso compreender que os projetos resultantes de determinadas aproximações possuem especificidades que precisam ser tratadas a fim de obter um conhecimento esclarecido a respeito da questão.

Carvalho e Sachs (2001) ao tratarem das questões dos projetos, desenvolvidos por ONGs, caracterizam-os de acordo com os tipos de parcerias estabelecidas. Assim, na visão das autoras, as mais simples se referem somente ao financiamento de ações, os projetos apresentam um caráter pontual. Já nos casos em que ocorre além da aproximação financeira, uma ingerência sobre o trabalho da ONG, o desenvolvimento de projetos que interferem diretamente na identidade da instituição, até mesmo devido a sua duração, que se prolonga a um médio prazo.

Ao que parece, em ambos os tipos de vínculos, os projetos realizados precisam cumprir com objetivos específicos e, desta forma, apresentar resultados satisfatórios que beneficiem de alguma forma os parceiros financiadores. No intuito de garantir esses benefícios, cada vez mais estão sendo implantadas novas formas de acompanhamento das ações, a fim de que se alcance os resultados esperados a partir do desenvolvimento desses projetos.

As relações estabelecidas estão, cada vez mais, abandonando as concepções de solidariedade, cooperativismo. Diante da atual configuração, observamos que “estabelecer uma parceria é agir estrategicamente, visando obter resultados específicos, subordinando os meios aos fins, o que representa uma lógica de ação instrumental” (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 21).

É justamente essa lógica instrumental que tem sido criticada, quanto ao desenvolvimento de projetos sociais no âmbito educativo. Para estudiosos da área, os fins não justificam os meios. Portanto, é necessário refletir sobre os fios condutores do projeto, isso nos remete a pensar sobre os aspectos que têm influenciado no seu planejamento e na sua execução, a fim de que se amplie o olhar em torno dos resultados. Nesse sentido, os projetos sociais não podem ser compreendidos somente como um instrumento utilizado para alcançar metas específicas, é preciso que os enxerguemos de acordo com a dimensão dos processos educativos pretendidos.

Os projetos sociais precisam ser qualificados pelos seus objetivos, práticas e processos de aprendizagens construídos. Vê-los apenas como instrumentos, como ferramentas para desenvolver práticas que mudem atitudes e comportamentos, é reduzir o processo educativo que eles contêm a processos utilitaristas, tecnocráticos e empiristas. (GOHN, 2010, p.79).

Para se concretizarem, os projetos sociais precisam do financiamento. Para tal, cada vez mais, as organizações sociais tem se aproximado de instituições financiadoras. Entretanto, para que se efetivem as ações, tais projetos têm que se adequar aos interesses desses parceiros, o que tem demandado uma redefinição nas formas de atuar dessas organizações. Essas transformações na atuação têm influenciado não somente no caráter das ações, como também na própria identidade dessas instituições.

As alterações percebidas nas ONGs são relativas à forma de gerenciamento, à perda de autonomia no que tange a alocação de recursos e a inserção da lógica instrumental nas ações, que transformam as características originais dessas organizações. As transformações que ocorrem nas empresas, como a busca por ações de Responsabilidade Social, não demonstram ser resultantes da parceria com as ONGs, senão que da necessidade de atender aos valores do contexto atual, que exige a adoção de práticas de responsabilidade social. Pôde ser verificado que as ONGs não influenciam nas ações das empresas a ponto de alterar suas prioridades em suas atividades empresariais, tão somente se beneficiam das mudanças que o contexto do mercado impôs às empresas e que, neste caso, lhes é benéfico. (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 22).

Diante dessa realidade, as ONGs têm recebido a influência dessas empresas e órgãos à medida que se implanta dentro dessas organizações a lógica instrumental que a princípio se restringia ao universo empresarial. Os projetos sociais financiados por essas instituições acabam se submetendo aos interesses particulares dos financiadores. Além disso, esse contato direto com as estruturas organizacionais do mercado, além de sujeitar as ONGs a interesses específicos, tem influenciado na organização e no perfil de atendimento dessas instituições. Nesse sentido, observamos que o papel social desempenhado por estas organizações sofre um processo de fragilização, vez que o compromisso social acaba ocupando um lugar secundário diante da necessidade de cumprir as demandas sinalizadas pelas empresas financiadoras. O cerne da atuação volta-se ao cumprimento de prazos e metas estabelecidas em projetos e assim prestar contas dos recursos recebidos das agências específicas.

Em contrapartida, as empresas que financiam as ações dessas organizações não têm sofrido mudanças significativas em suas estruturas e formas de operar. Elas continuam firmes quanto ao seu interesse de lucrar, inclusive por meio das ações que repousam sobre o discurso de Responsabilidade Social. Essas empresas têm alocado em projetos sociais os recursos advindos de isenções tributárias, e com isso tem conquistado o prestígio social por ações que na prática são planejadas e desenvolvidas por atores que ficam à margem desse ‘estrelismo’, no caso as ONGs locais.

Essa crescente preocupação dessas instituições para adequar os seus projetos as expectativas dos parceiros, emerge acompanhada da necessidade de modificar a sua estrutura e atuação, no intuito de conquistar a confiabilidade dos parceiros para desenvolver os projetos. A respeito disso, tais organizações estão, cada vez mais, comprometidas em se familiarizar com o mundo empres de modo a adotar para o seu contexto instrumentos pertencentes a esse mundo.

Com relação às transformações ocorridas nessas organizações, decorrentes dessa aproximação com o mundo empres Carvalho e Sachs (2001) apontam que há uma tendência nessa transformação, constituída pelos seguintes fatores:

- 1) a institucionalização e estruturação burocráticas das ONGs; 2) a profissionalização de suas atividades; 3) as mudanças no seu formato organizacional assumindo as características das empresas com fins lucrativos; 4) a adoção de novos e mais rigorosos mecanismos de coordenação; 5) a adoção de novas políticas de financiamento, entre as quais a venda de produtos e serviços e a diversificação nas fontes de financiamento e; 6) a criação de estruturas formais de articulação do setor numa estrutura em rede. (CARVALHO; SACHS, 2001, p. 8).

Diante das exigências dos financiadores, essas mudanças tem se apresentado às ONGs como necessárias para que seja possível estabelecer um vínculo. Por tal motivo, não são raras as organizações que têm resistido em estabelecer relações de parcerias com empresas, organismos

internacionais e até mesmo com poder público. Na concepção dessas instituições, os instrumentos de acompanhamento dos projetos se configuram na realidade como formas de controle sobre as ações e processos educativos desenvolvidos por elas. Além disso, esse domínio acaba por influenciar a identidade dessas organizações, tendo em vista que elas tendem a se parecer cada vez mais com instituições pertencentes a outros setores, nesse caso: o estatal e o mercadológico.

5. O ALARGAMENTO NA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM MEIO ÀS PARCERIAS ESTABELECIDAS

Por outro lado, essas aproximações têm sido apontadas como um caminho para que as ONGs deem continuidade às suas ações, se mantendo firmes no desenvolvimento de projetos sociais, possibilitando, assim, a participação dessas instituições no cenário social, bem como, o fortalecimento dos seus papéis e atribuições. Entretanto, para que se cumpram tais objetivos, consideramos ser necessário o estabelecimento de uma relação comedida. Esse equilíbrio se torna possível quando as instituições não governamentais possuem uma estrutura organizacional fortalecida, que permite que tais organizações se posicionem, diante dos parceiros, a favor dos interesses primordiais das suas atuações (CARVALHO; SACHS, 2001). A necessidade de financiamento tem motivado as organizações a aceitarem as condições impostas pelos parceiros, e isso tem dificultado o posicionamento das mesmas, o que pode ocasionar o enfraquecimento em seu papel social.

As crescentes demandas sociais da sociedade, cuja enorme massa de indivíduos carentes não cessa de crescer, aliado à escassez de recursos para atender a essa demanda, levam muitas ONGs a aceitar, de forma bastante acrítica, as parcerias com empresas (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 23).

A relação das ONGs com o Estado ainda é desafiadora, visto que à medida que essas aproximações são realizadas, em razão da urgência na continuidade dos projetos, o trabalho desenvolvido corre o risco de ser comprometido, devido à dificuldade que elas podem encontrar para se posicionar criticamente diante dos interesses dos parceiros. Em meio a essas questões, novos desafios se apresentam às ONGs. Em verdade, hoje elas precisam, além de captar recursos para financiar os seus projetos sociais, buscar outros meios que garantam a efetivação da sua participação social, contribuindo, desta forma, para a consolidação da sua atuação junto às problemáticas sociais, e potencializando o seu papel no que diz respeito à luta pelos direitos sociais.

Somente as metas de busca da eficácia, competência, resultados, talentos, não resolvem os desafios postos às ONGs e à sociedade. Algo mais é necessário para que se contraponha ao modelo que está sendo implantado no país, exige que as ações das ONGs tenham vínculos efetivos e duradouros com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados e com todos aqueles que lutam pelos direitos sociais no Brasil. (GOHN, 2010, p. 91).

Portanto, não é mais suficiente para essas organizações a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. Da mesma forma, as transformações ocorridas na identidade dessas instituições, que têm pautado o seu trabalho nos princípios de competência, profissionalização, eficiência e eficácia, não têm dado conta de superar os desafios quanto à garantia de espaço para a atuação dessas ONGs.

Os projetos desenvolvidos por essas organizações em parceria com outras instituições empresariais e estatais, apesar de apresentarem resultados efetivos sobre determinadas realidades educativas, podem dificultar o fortalecimento do papel e atuação das ONGs. Tal perspectiva pode ser justificada pelo

fato de que os projetos desenvolvidos acabam sendo associados mais aos renomados organismos financiadores, do que as próprias organizações. Deste modo, acaba se criando uma situação paradoxal: se por um lado as aproximações garantem a sobrevivência dessas instituições, por outro acabam dificultando e, às vezes, até impedindo o fortalecimento das mesmas.

Ainda sobre essa discussão a respeito do reconhecimento social, uma questão precisa ser considerada, que é o fato de que os projetos sociais têm conquistado prestígio diante da sociedade. Entretanto, a atuação das ONGs não tem recebido tamanha atenção. A discussão sobre o papel dessas organizações tem sido restringida, por conta da necessidade de dar destaque aos resultados de projetos financiados por instituições que apresentam uma preocupação, não com as questões sociais, mas sim com os benefícios que podem ser gerados a partir da divulgação dessa imagem de comprometimento e responsabilidade social.

A necessidade da captação de recursos tem motivado a procura de novas fontes de financiamento, que se concretizam a partir de parcerias. Acontece que nesse processo de busca pelo estabelecimento de relações, as ONGs acabam competindo entre si para conquistarem o apoio dos financiadores. Essa competição tem influenciado as transformações ocorridas na identidade dessas organizações, à medida que estas têm procurado se enquadrar nos requisitos pré-estabelecidos pelos parceiros, com o intuito de alcançar certa vantagem diante de outras organizações concorrentes no financiamento.

Essa relação de concorrência tem contribuído para o isolamento das organizações sociais. Destarte, estas instituições têm desenvolvido um trabalho cada vez mais distante de outras organizações da sociedade civil. Esse afastamento tem contribuído para que a atuação delas se torne cada vez mais limitada. Do mesmo modo o isolamento, gerado pela competitividade, tem impossibilitado o fortalecimento dos papéis desempenhados por essas organizações. Afastadas, as instituições têm perdido a sua força e expressividade política, que estão sendo substituídas, paulatinamente, pela simples capacidade de executar projetos que, de certa forma, atendem determinadas demandas educativas e sociais de diversas realidades.

O desafio que se apresenta, atualmente, para as ONGs é o de estabelecer uma relação com outras instituições da sociedade civil que também desenvolvem um trabalho alicerçado no interesse de contribuir para o desenvolvimento social, por meio da promoção e ampliação de espaços democráticos, voltados para uma formação política, que possibilite o exercício pleno da cidadania.

É salutar que se firmem parcerias dentro do próprio TS, entre as ONGs e também com outras instituições que integram o mesmo. Essas aproximações são incentivadas porque elas contribuem para que a concorrência seja atenuada e para que seja fortalecido o papel social dessas instituições. A relação de interdependência é possível nesse contexto, deste modo a partir do momento em que eles não ocupam uma posição de submissão, eles passam a cooperar uns com os outros, compreendendo, assim, a dimensão que as ações podem alcançar se desenvolvidas coletivamente.

A relação estabelecida entre esses sujeitos comprometidos com as questões sociais, tem se configurado como uma forma eficiente de fortalecer o papel, ampliar a atuação dessas instituições e, sobretudo, consubstanciar a luta pelos direitos sociais. Aliás, este tem sido o principal compromisso dessas organizações, desde o seu surgimento, quando lutavam a favor da abertura democrática, para que, assim, pudessem exigir, junto ao poder público, a garantia e a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Com relação à educação não formal, cabe às ONGs o fortalecimento do campo, por meio de ações respaldadas nos princípios de solidariedade, cooperação, compromisso social e coletividade, que até então, estão sendo substituídos por outros que nada se aproximam do caráter primordial da atuação não governamental na construção e exercício da cidadania (NASCIMENTO, 1994).

É necessário o distanciamento e até mesmo a negação de certos princípios que regem o mundo empresarial e a estrutura governamental. É preciso que os processos educativos, desenvolvidos por

meio dos projetos sociais, sejam condizentes com a proposta do campo não formal, com o interesse de atuação e com o papel que deve ser desempenhado por essas organizações específicas da sociedade civil. Desta forma, elas estarão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento educacional, político, econômico e social do país.

A nova realidade produzida pela ação de parcerias ou interação da sociedade civil organizada com órgãos públicos, empresas, ONGs etc. é pouco conhecida dos brasileiros e a maioria das universidades como instituições, assim como tem recebido pouca atenção dos pesquisadores e intelectuais de uma forma geral (GOHN, 2010, p. 89).

Analisar o desenvolvimento da educação não formal, bem como, a participação não governamental neste campo exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação educação não formal e ONGs na atual configuração social.

6. A RELAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O ESTADO

A discussão em torno de tais questões é, então, necessária e urgente, não podendo mais ser silenciada, posto que esse fortalecimento na atuação tem conquistado destaque a partir, inclusive, de uma relação cada vez mais estreita com o poder público.

Tendo em vista que essa aproximação tem se configurado como parte de um projeto neoliberal para a sociedade brasileira é imprescindível ponderar o posicionamento das mesmas diante das políticas que estão sendo desenhadas. Possibilitar um esclarecimento sobre os embates e as concessões que têm sido realizadas foi nossa proposta no estudo realizado em nossa pesquisa no doutoramento, posto que reconhecemos a necessidade de uma abordagem atual sobre a relação das ONGs no cenário da reforma do Estado brasileiro.

Antes da década de 1990 as ONGs não tinham qualquer legitimidade, além disso, as ações desenvolvidas não possuíam a visibilidade que hoje lhe é dada. Sua atuação era limitada a pequenos grupos ou a comunidades, público-alvo das ações de organizações específicas da sociedade civil (NOGUEIRA, 2009). Hoje, a própria terminologia encontra-se publicizada por meio dos diversos meios de comunicação. O processo de expansão e fortalecimento das organizações corroborou para que, não somente o uso do termo, mas, sobretudo, a contribuição social de tais atores seja difundida na sociedade.

Não se trata de algo novo, mas sim de uma utilização eficiente dos espaços de divulgação, aos quais a sociedade civil organizada, cada vez mais têm tido acesso. Se hoje a expressão se encontra popularizada é porque tais organizações caminharam na perspectiva de alcançar certa notoriedade social, a fim de consubstanciar as suas ações e consolidar as suas formas de atuação (MONTE, 2012).

É interessante observarmos que não apenas no meio social, mas especificamente no campo público essas organizações deixaram de ocupar um lugar a margem. Em nosso trabalho de análise, percebemos que paulatinamente essas instituições foram ocupando um lugar de destaque em meio ao projeto societal elaborado por um Estado em processo de reforma.

7. CONSIDERAÇÕES

Em nossa pesquisa buscamos em meio ao caminho percorrido compreender os principais fatores pelos quais essas ONGs têm assegurado, cada vez mais, o seu domínio no campo da prestação pública dos serviços no âmbito da educação, posto que, este tem se configurado como uma área

privilegiada para o desenvolvimento de ações realizadas pelas instituições não governamentais.

Em meio à necessidade de dar continuidade ao trabalho interventivo social, as ONGs têm buscado parceiros, fato este que tem repercutido na atuação dessas instituições, visto que elas têm acompanhado o processo de expansão do TS, como nenhuma outra organização que o integra.

Nesse sentido, as relações estabelecidas com o Estado têm sido uma questão marcante em suas atuações, fato este que nos inquieta, posto que percebemos que tratar dos papéis do Estado e da Sociedade civil não é tarefa simples, exige uma reflexão sobre essa complexidade. É necessário pensar sobre o papel do Estado, considerando as suas complexas atuações, desenvolvidas no interior de numerosas formas de relações sociais.

Ponderamos, ainda, que é necessário que as ONGs deem continuidade à reflexão sobre o papel que desempenham não somente diante das demais instituições que integram o TS, sobretudo, pensem a sua atuação na tessitura social brasileira, posto que uma relação estabelecida sem organicidade pode significar o enfraquecimento do papel dessas organizações da sociedade civil.

Anunciamos ainda que é necessário que o Estado pense sobre as intervenções que pode realizar junto à sociedade civil organizada, vez que essa relação tem sido percebida de forma cada vez mais próxima. Dessa forma, ambos poderão atuar no sentido de potencializar e distribuir melhor papéis e atribuições, uma vez que, não é constitucional que tais organizações ocupem o papel secular do Estado republicano na garantia e efetivação do direito do cidadão.

[1] A revisão por pares, como é conhecida no meio acadêmico é também denominada revisão paritária ou arbitragem. Trata-se de um processo utilizado na publicação de artigos e na concessão de recursos para pesquisas, que em suma consiste em submeter o trabalho científico, neste caso o artigo, a avaliação de um ou mais especialistas da área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:. Acesso em: 30 de nov. 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em:. Acesso em: 30 de nov. 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

CARVALHO, C. A.; SACHS, T. R. A internacionalização da economia chega ao Terceiro Setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, no. 20, jan/abr, pp. 107-123, 2001.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000.

FALEIROS, V. P. **O que é política social.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FISCHER, R. M. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração.** São Paulo, FEA-USP, v. 40, n. 1, jan.-fev.-mar. 2005

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LANDIM, L. (org.) **Sem fins lucrativos:** as Organizações Não Governamentais no Brasil Rio de Janeiro: Iser, 1988.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADADD, S. (org.). **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MONTE, T.; CARVALHO, C. A. Poder e relações de parceria no terceiro setor. **Revista de Ciências da Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 1-26, 01 dez. 2005. Disponível em: [http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005\(site\).pdf](http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005(site).pdf)> Acesso em: 10 jun. 2018.

NOGUEIRA, M. P. **Um Estado para a sociedade civil:** temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA NETO, W. As ONGs e o fundo público. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, H. de. As ONGs na década de 90. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.

SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

[I] DOUTORA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. MESTRADO EM EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA LICENCIATURA TAMBÉM PELA UFAL

[II] DOUTORANDO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. MESTRADO EM EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA LICENCIATURA TAMBÉM PELA UFAL. INTEGRANTE DO GRUPO DE PESQUISA SOBRE ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – GEPE.